

País pode crescer 3,5% em 2002

Previsão é do Banco Mundial, que defende fim do protecionismo das nações ricas

Roberto Stuckert Filho

Valderez Caetano e Vivian Oswald

BRASÍLIA

A economia brasileira poderá crescer até 3,5% em 2002 e ficar em melhor situação do que os demais países da América Latina, cujos Produtos Internos Brutos (PIBs) devem aumentar, em média, 2%. A estimativa foi anunciada ontem pelo Banco Mundial (Bird), no II Fórum sobre Instituições, Crescimento e Pobreza. O vice-presidente do Bird para América Latina, David de Ferranti, disse que o crescimento da economia brasileira não depende só do país. E afirmou que é essencial o fim das barreiras comerciais impostas pelas nações mais ricas:

— O Bird precisa exortar os governos do mundo, principalmente os dos países mais ricos, a não responder a incertezas econômicas com protecionismo. Eles têm de abrir suas economias ao comércio.

Apesar do otimismo, um relatório do Bird ainda inédito, que circulou ontem entre dirigentes do banco, mostra o Brasil como o país latino-americano com as maiores barreiras ao investimento externo. O documento diz que incertezas políticas, taxação, excesso de regulamentação e dificuldades na obtenção de registros são os obstáculos mais sérios enfrentados pelos investidores.

O relatório faz um balanço dos últimos 20 anos e considera que, no período, pioraram indicadores brasileiros, como dívida da Previdência Social, incertezas externas e falta de investimentos em infra-estrutura. Em compensação, melhoraram números de educação, saúde, comércio e fluxo financeiro.

Impacto da crise dos EUA pode ser menor

• Após conversar com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, sobre os conflitos envolvendo os EUA, Ferranti disse acreditar que os impactos sobre a economia brasileira são inevitáveis, mas menores do que se imaginava. Ele salientou que ainda existe uma longa lista de fatores para garantir a estabilidade:

— Nessa agenda, estão incluídas a reforma da Previdência, desregulamentação do ensino superior, redução do desequilíbrio previdenciário e eliminação da burocracia.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Amaury Bier, também defendeu o fim das barreiras não-tarifárias. Ele afirmou que os organismos internacionais e os países mais ricos devem ter clara a idéia de que a pobreza e sua evolução estão diretamente relacionadas ao grau de abertura dos países emergentes em relação aos desenvolvidos. Bier defendeu que o crescimento proporciona melhor distribuição de renda e redução dos atuais níveis de pobreza no país. Mas insistiu que o crescimento sustentado só acontecerá se forem mantidas políticas monetária e fiscal responsáveis. Segundo Ferranti, o desafio hoje é manter o ajuste fiscal. ■



O SECRETÁRIO-EXECUTIVO Amaury Bier: a diminuição da pobreza depende da abertura de países ricos